

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CONTEXTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO RECENTE EM APARECIDA DO TABOADO-MS*

SILVA, Juliano Alves da**

Introdução

Este artigo tem por finalidade esboçar algumas considerações sobre as relações de trabalho estabelecidas em Aparecida do Taboado-MS, em vista do processo de industrialização iniciado na década de 1990. Relações essas demarcadas pelo contexto de produção caracterizado como toyotismo, que estabelece novas configurações do sistema produtivo brasileiro.

Para tanto, é necessário incluir nessa discussão o desenho das relações de trabalho em meados do século passado, mais precisamente no contexto do Estado Novo, fazendo uma análise de como se configurou as relações de trabalho baseada na flexibilização do trabalho, entendendo assim os embates entre capital e trabalho.

Outra questão imprescindível para pensar o contexto da industrialização recente, se remete ao que vários autores denominam de “*processo de descentralização produtiva*”, uma vez que esse processo influencia na industrialização de cidades interioranas em regiões como o centro-oeste brasileiro. Dessa maneira, o processo de industrialização recente em Mato Grosso do Sul, não esta inserido apenas em políticas relacionadas a industrialização de municípios, mas se estabelece e ganha força a partir de políticas e relações em caráter nacional.

De fato, podemos pensar em uma série de questões que influenciam a implementação de indústrias em regiões sem tradição industrial. Esse estudo, minimamente, permitirá esboçar um panorama da situação e condições em que se inserem as transformações nas relações de trabalho e a industrialização recente em Aparecida do Taboado. Salientamos que não temos a pretensão de esgotar o tema, nem de produzir conclusões de modo categórico, pois a pesquisa se encontra em andamento.

* Pesquisa iniciada em 2007 por meio do programa do CNPq, a qual faz parte atualmente do projeto de mestrado “O Processo de industrialização em Aparecida do Taboado-MS: capital *versus* trabalho no contexto da descentralização produtiva no Brasil”.

** Possui graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas, concluída em 2009. Atualmente cursando mestrado no programa de pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Juli_asilo@hotmail.com

O objetivo do estudo se faz pertinente ao passo que propõe críticas ao estabelecimento de práticas de exclusão social, em vista de um discurso hegemônico liberal de progresso, declaradas pela classe.

Considerações Metodológicas

A idéia de buscar no passado as transformações sociais ocorridas partindo do presente, uma História relativamente do presente, pensando no sentido da herança da escola dos *Annales* (BURKE, 1997), corresponde a uma necessidade de abordagem. Assim, para um estudo das políticas trabalhistas enunciadas na formação do Brasil “moderno”, a partir do governo Vargas, e as influenciadas pelo neoliberalismo e o toyotismo, é necessário acompanhar o estudo do movimento da descentralização produtiva regional do Brasil. Movimento esse que gera um processo de centrifugação das empresas oriundas de grandes centros industriais, se intensificando com a criação de políticas de alojamento industrial proposta pela região centro-oeste, tal como as políticas estaduais de incentivos de infraestrutura e fiscais.

É partindo de uma análise juntamente com a abordagem do conceito de História do presente, proposta pelos autores Chauveu e Tétard (1999), que se fundamenta a discussão. Presente esse delineado a partir de relações históricas e seus movimentos, não se tratando de uma linha ininterrupta de acontecimentos, mas de relações dialéticas do vir a ser, entendendo nos meandros das relações entre capital e trabalho as articulações da classe trabalhadora para o enfrentamento objetivo e subjetivo.

Tendo em vista que o estudo da história social do trabalho permite investigar as classes sociais envolvidas no processo histórico, torna-se relevante analisar a dimensão dessas relações, buscando entender os conceitos de classe e relações de classes, segundo Thompson (1987), e relações produtivas e sistema produtivo na abordagem de Antunes (2004): o trabalho como categoria central de análise das relações sociais evidenciadas pelo sistema competitivo de produção (ANTUNES, 1999), tal qual o entendimento das relações históricas no fazer-se da classe operária (THOMPSON, 1987).

Nessa perspectiva, para o desencantamento dos que impelem um suposto desconforto da historiografia sobre a classe operária, ou mesmo para os que acreditavam no “fim do trabalho”, os movimentos de oposição ao capital têm intensificado as discussões acerca da História Operária. Seguindo assim, e ampliando as fronteiras de outrora, este artigo tem por finalidade contribuir para a historiografia da História Social do Trabalho.

Na análise de Batalha (1998), podemos identificar quatro momentos da historiografia no Brasil a respeito da classe operária, entendendo que o primeiro deles se refere aos trabalhos da produção militante no início do século XX, caracterizando o sentido de classe para si; logo, segue discutindo as análises sociológicas no contexto dos anos de 1960 que, a seu ver, traz consigo a preocupação em elaborar grandes sínteses, talvez até generalizantes; aguçando a discussão, segundo o autor, a partir dos brasilianistas na década de 70 se estrutura uma historiografia acadêmica operante e preocupada com o movimento nacional e internacional da historiografia a respeito do tema; já nos anos 80 as tendências acerca da historiografia da classe operária aumentaram em vista da crescente oferta de vagas nos programas de pós-graduação, isso ampliaria também a “crise através da fragmentação do campo de estudos e a aproximação com outras áreas conduzindo a uma crise de identidade”. Segundo o autor, a utilização de outros documentos além dos tradicionais, acarretaria essas transformações, como também outro fator decisivo de influência, uma maneira singular e significativa de conduzir o processo de produção do conhecimento histórico proposta pelos autores Edward Thompson e Eric Hobsbawm.

Para entendermos a amplitude dos debates acerca da História Social do Trabalho, torna-se fundamental a obra de Thompson (1987), especialmente a *Formação da classe operária inglesa*, e a discussão a respeito das relações históricas no fazer-se da classe como uma ação formadora de consciência e cultura. É nesse ambiente que se pretende entender o sujeito enquanto ser social influente em seu meio na tentativa de análise a partir das relações sociais existentes, contudo, não desviando a atenção das relações macroeconômicas.

O Estado Novo e o Mito Providente da Legislação Social

Ao analisar o processo de industrialização de Aparecida do Taboado a partir da década de 1990, pode-se partir de indagações sobre as transformações ocorridas nas políticas trabalhistas. Essas transformações são resultados de um processo de reestruturação do sistema capitalista brasileiro, no qual as políticas de empreendimentos do capital se voltaram para a supressão de direitos da classe trabalhadora. Segundo Adalberto Paranhos, as conquistas adquiridas pela classe trabalhadora no Estado Novo, como a legislação social dentre outras, foram antevistas do ditador Vargas na tentativa de mitificar a idéia de Estado providência, no qual o governo “ungido por Deus” proveria exatamente as necessidades de seu povo (PARANHOS, 1999).

A política do Estado do bem-estar social influenciou a interferência do governo brasileiro nas questões sociais. Em inglês, *Welfare State*, também conhecido como Estado-

providência, visa a proteção e orientação da nação, dessa maneira regulamentando a vida social, econômica e política do país em parceria com vários setores da sociedade, tal quais: sindicatos, empresas privadas e movimentos sociais.

Essa postura vislumbrava a estratégia de coibição de levantes populares, estando ligada à “bondade” de “pai providente”. Na intenção de ser conclamado o pai dos pobres, Vargas, “generosamente” doou benefícios para a classe trabalhadora, bem como a constituição de 1937 que nesse mesmo intuito, organizou diretrizes para a política trabalhista a ser instituída no Estado Novo. Segundo Eduardo Gabriel Saad (2004) os direitos trabalhistas pautados em 1937 já tinham sido fixados na Constituição de 1934, tais quais: salário mínimo, férias anuais e descanso semanal. Dessa forma, para a garantia dos direitos dos trabalhadores, se manteve a Justiça do Trabalho, encarregada de diminuir os conflitos existentes na política social.

Não obstante, os direitos “antevistos” pelo providencial ditador foram uma resposta, na verdade um golpe de previsão, a fim de barrar possíveis levantes no cenário político, em vista da preocupação do governo brasileiro frente a segunda guerra mundial. No que concernem as conquistas dos trabalhadores de fato, os murmúrios com relação a reivindicações, como salienta Paranhos, faz parte da luta de conquistas do proletariado brasileiro. A não necessidade de um enfrentamento objetivo não descaracteriza as ações políticas de enfrentamento subjetivo, realizadas pela classe trabalhadora.

Essa representação de um estado provedor, gerada a partir de uma intencionalidade, fazia parte do plano estratégico da representação de um governante responsável, sobretudo em vista de sua atuação para com todas as classes sociais. O poder político emanado pelo ditador do Estado Novo, não se fazia presente apenas em sua materialidade, ou seja, em suas ações evidentemente efetivas para com a realidade social, mas por meio da representação de um providencial estadista, em certo sentido, ungido pelo dom divino de prever problemas e elencar soluções.

Podemos relacionar essas questões ao que salienta Lefebvre a respeito das representações, tal como sua força de forjar práticas sociais. O fato da manipulação do Estado sobre a representação das classes sociais nessa época, deixa entrever que a realidade imposta à sociedade era a representação governamental, proposta como um meio para atingir um fim, o governo autoritário. Segundo as considerações do autor, podemos entender que:

Si se las arregla bien, un poder político puede utilizar las representaciones admitidas, modificarlas, desplazarlas y de ser preciso, remplazarlas. La historia Latinoamérica da muestras de tal proceso de brutal desviación. ¿Como se realiza y cómo se termina semejante estrategia global? Por mello de la identificación de un valor efectivo, un poder

activo. En ese sentido, una sociedad consiste efectivamente en una jerarquía de juicios de realidad y de moralidad, en una arquitectura de representaciones y de valores que se realizan en la práctica. (LEFEBVRE, 1983, p.79)

Na análise de Ângela Maria de Castro Gomes, os anos trinta foram inaugurados sob uma espécie de marco para a questão trabalhista no Brasil. Assim, o trabalho passaria de sua dimensão de fardo social, em que sua natureza fora constituída no ato de remissão do pecado, ao que a autora caracteriza de revalorização do homem por meio do trabalho. A representação do Estado Novo sobre o trabalho carrega-o de significados positivos o que outrora não passava de uma atividade condenada pela própria narração bíblica, o castigo de obter o sustento com o suor do próprio rosto. Segundo a autora:

O trabalho, desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, desta forma, no cerne de uma ampla política de revalorização do trabalho caracterizada como dimensão essencial de revalorização do homem. O trabalho passaria a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão. A complexidade dessa autêntica transformação de mentalidade — como os ideólogos do pós-30 a encaravam — talvez só possa ser razoavelmente dimensionada com o registro de que o Brasil foi uma sociedade escravista por quatro séculos, sendo o último país do mundo a realizar a abolição. Ou seja, a formulação liberal clássica que associa o ato de trabalhar com riqueza e cidadania sempre estivera ausente do país e produzir uma identidade social e política para o trabalhador era um esforço muito grande. (GOMES, 1999, p. 55)

A partir dessas discussões, podemos analisar que as políticas empreendidas no Estado Novo visavam justamente o corporativismo em se tratando da atuação do Estado para com os trabalhadores, mas isso não quer dizer, como salienta Paranhos (1999), que não houve resistências no que tange a realidade do proletariado.

Essas relações de trabalho foram aos poucos esfaceladas, ao passo que fazem parte da estruturação mundial produtiva influenciada pela *Toyota*, a partir da instituição do sistema de produção tendo como base as organizações de trabalho nos moldes de: *just-in-time*, *kanban*, *kasein*, *andon* dentro do TPS (sistema de produção toyotista). Modelos estes padronizados pelas empresas japonesas, que não se repetem em sua forma original nas indústrias de Aparecida do Taboado, mas que em sua essência, delineia meios para estruturação produtiva de várias indústrias no município e no Brasil.

É necessário contextualizar a respeito do modo toyotista de produção industrial, que teve sua origem no Japão do pós-guerra, dessa maneira mantendo um elo entre esse novo sistema de trabalho e a reestruturação dos meios de produção. Esse modelo de administração

da produção industrial ganhou força em vista da produção de material bélico para o fornecimento aos Estados Unidos da América, frente à guerra contra a Coréia.

Ao analisar o pós-guerra e a possibilidade do fim do Estado do bem-estar social, Perry Anderson salienta que o neoliberalismo avança na América do Norte e na Europa. Segundo o autor, “foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista”, e com expressão de largo alcance, cunhada principalmente no texto “O caminho da servidão” de Friedrich Hayek, escrito em 1944 e difundido mais tarde, por volta de 1947. Na verdade, trata-se de um ataque contra qualquer mecanismo de regulação do mercado, e na visão de Hayek é letal para a liberdade, não somente econômica, mas também política, a intervenção do Estado na economia.

A precariedade das relações de trabalho no contexto do toyotismo acompanhou esse movimento das discussões neoliberais, marcando terminantemente o esfacelamento dos direitos da classe trabalhadora. Podemos relacionar essas questões ao que salienta Ricardo Antunes quando analisa as transformações ocorridas no final do século XX, constatando que fizeram com que a sociedade presenciasse uma dupla dimensão do trabalho: de um lado o trabalhador polivalente e dedicado, pronto e sem “restrições”, a serviço do capital; do outro, a instabilidade do emprego, o medo de fazer parte do excesso de contingência, o receio de mobilidade espacial em vista de ofertas de empregos em outras regiões, gerando uma via de mão dupla para os que necessitam da venda de sua força de trabalho. Nas palavras de Ricardo Antunes (2002), o trabalhador se flexibiliza para garantir seu emprego, mas ao mesmo tempo não tem expectativas de permanência em seus postos de trabalho. Em outras palavras, o que se presencia são perenidade e superfluidade do trabalhador, ambos atendendo o sistema capitalista de produção.

Atento a essas questões, Eric Hobsbawm (1988) evidencia que o último quartel do século XX passou por profunda transformação com o advento de novas tecnologias. A globalização, a internacionalização do comércio, o fluxo cada vez mais crescente de capital estrangeiro em países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, estruturam e reestruturam o sistema capitalista mundial. Dessa forma, o sistema produtivo a base da competição se alimenta e se reproduz, acarretando transformações nas relações de trabalho. Podemos entender que nesse cenário a instabilidade e flexibilidade andam de mãos dadas.

O progresso e a Descentralização Produtiva

Nesse tópico a discussão se centrará no estudo do conceito de “progresso” como representação do processo de industrialização recente no município de Aparecida do Taboado,

iniciado na década de 1990. Esse processo de industrialização é um fenômeno da descentralização produtiva que, segundo as análises de Wilson Cano (2007), é um meio pelo qual empresas encaminham suas plantas produtivas para as regiões afastadas dos grandes centros industriais, principalmente vislumbrando instalações na região centro-oeste do país.

No contexto de industrialização no município, presencia-se que um dos fatores geradores de tal processo, está no culto ao desenvolvimento do município, em decorrência de um discurso de abundância de postos de emprego, principalmente em se tratando do desenvolvimento da costa leste de Mato Grosso do Sul¹. Segundo dados coletados da revista “retrato de Aparecida do Taboado de 1973”², a economia do município tinha suas bases na agropecuária e extrativismo. Quando da implantação das primeiras indústrias na década de 1980, o incentivo ao trabalho gerava certa expectativa de mobilidade social, pois as atividades do mundo rural não eram (supõe-se) tão rentáveis para a classe trabalhadora.

Podemos, a partir das idéias lançadas, evidenciar a diferenciação dos tempos históricos da sociedade em que essa industrialização se firma. Segundo Thompson (1998), sociedades com características marcadas pela disciplina instável do trabalho, como a camponesa, em vista da organização do trabalho em sistema de tarefas, se chocam com a disciplinarização do tempo inerente ao sistema capitalista. Thompson analisando essa relação entre os tempos históricos, evidencia o caráter de mudanças na cultura de uma sociedade em vista de transformações no mundo social. O autor salienta que:

Aqueles que são contratados experienciam entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que ele não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta. (THOMPSON, 1998, p. 272)

Em notícia de 27 de setembro de 1993 o jornal “O democrático” na edição de nº 369³, anuncia as comemorações dos quarenta e cinco anos de emancipação política do município. Em sua matéria o jornal salientava a transformação do mundo rural, intitulando-a

¹ A Costa Leste de Mato Grosso do Sul é formada pelos municípios de Aparecida do Taboado, Selvíria, Três Lagoas, Brasilândia, Bataguassu, Santa Rita do Pardo e Anaurilândia que, juntos, formam um cenário composto pela bela paisagem do Rio Paraná e seus afluentes, com diversas opções de lazer e entretenimento em suas margens. Por isso, o interesse em contrapartida das empresas por essa região, pois existe um complexo de transporte (intermodal), atualmente composto por rodovias que são utilizadas em 81% do escoamento da produção, as ferrovias escoando apenas 9% e a hidrovía utilizada em 10% do total. Em anos anteriores, as ferrovias e a hidrovía já representaram 16% do escoamento. De acordo com estudos do PNL T e da Secretaria Estadual de Obras e Transporte, a meta é que até o ano de 2025 Mato Grosso do Sul conte com 33% da produção transportada em rodovias, 32% em ferrovias, 29% por hidrovía, 5% outros meios e 1% por via aérea. Fonte acessada em 05-04-2010 as 13:00 no site /www.portalms.com.br/noticias/Andre-discute-no-DF-viabilidade-do-Complexo-Logistico-Intermodal/Campo-Grande/Politica/13041.html

² Revista impressa pela gráfica do jornal “Correio da Região” 1973.

³ Jornal “o democrático” que circulou em Aparecida do Taboado nas décadas de 1980 a 1990.

de “zona rural uma nova cara”. Na ocasião, o que estava em discussão era o estreitamento entre os mundos rural e urbano, pois a aproximação entre o município e as aspirações de desenvolvimento industrial geravam a necessidade de o campo compartilhar com o tempo influenciado pelo sistema capitalista. As notícias do jornal diziam respeito a modernidade de estradas, agora trafegáveis pela zona rural, podendo essa última ter acesso mais dinâmico a cidade. Essas são características que marcam as relações entre o campo e a cidade no alvorecer da década de 1990 no município. Entender esses aspectos do processo de industrialização recente, faz com que a abordagem embasada nos estudos de Thompson se estruture em indagações palpáveis a realidade de uma localidade sem tradição industrial.

Ao entrar em contato com as edições de 1993 e 1994 dos jornais “O bolsão” e “O democrático” presencia-se um discurso voltado ao incentivo de benefícios em vista do desenvolvimento do município. Segundo uma entrevista realizada pelo jornal “O democrático”, em outubro de 1993, com Francisco Carlos Lopes, o processo de industrialização traz seus aspectos contraditórios. Ao fazer menção de sua atuação como advogado na área trabalhista desde 1988, constata que os postos de empregos no município se elevaram estatisticamente e em igual proporção as brigas judiciais, observando ainda, que no final da década de 1980 não atuava com tanta veemência na área trabalhista por falta de oportunidades. Analisar os aspectos contraditórios que montam a trama do processo de industrialização no município a partir de acontecimentos como a entrevista de Francisco Lopes, é tecer pressupostos para entender de que forma as relações sociais se configuravam no contexto.

Podemos constatar que um dos fatores geradores de tal processo é o culto ao desenvolvimento “social” da população local em decorrência das ofertas de empregos. A partir do contato com as fontes, presenciemos um discurso hegemônico de progresso desde a emancipação política⁴. Analisando o livro escrito pelo memorialista Marlei Cunha, percebe-se uma relação entre industrialização e progresso: são discursos que apresentam o processo de industrialização como sinônimo de qualidade de vida “adequada” ao século XXI.

Ao apresentar a história do poder executivo, o autor caracteriza o município como a cidade do “progresso” em vista da industrialização. Conforme o autor:

A industrialização da cidade é uma realidade, que somada a um comércio forte e a uma agropecuária vibrante, fazem do município uma terra de fartura, com empregos para todos e um crescimento vertiginoso em todos os seus recantos. Aparecida do Taboado, cantada em prosas e versos, tem uma gente amiga e hospitaleira, um futuro grandioso e

⁴ Anuário Mato-grossense: Uma Obra dedicada ao Progresso do Oeste Brasileiro. Gráfica olímpica editora – Rio de Janeiro - Brasil 1957.

neste ano especial faz do seu dia a dia um tempo de trabalho nunca visto, uma época de esperanças e um tempo radiante em que podemos afirmar que esta é uma feliz cidade. Feliz pelo seu povo! Feliz pelo seu progresso! Feliz pelo seu futuro! 60 Anos não se faz todo dia! Avante Aparecida do Taboado! (CUNHA, 2008 p.59)

Com a criação de políticas de estruturação de empresas e cedência territorial para incentivar o crescimento econômico, Aparecida do Taboado se insere no contexto econômico “pós-fordismo/toyotismo” almejando benefícios para a população com a alegação de melhoria econômica para o município, como acontece com várias outras cidades do Estado de Mato Grosso do Sul. Em relação à cidade de Três Lagoas, localizada na mesma micro-região de Aparecida do Taboado, Alves salienta que:

A iniciativa para atrair investimentos para a cidade de Três Lagoas foi pautada na constituição de 1998, artigo nº 155, que atribui novas competências a Estados e Municípios, e posteriormente, em mediante Emenda Constitucional nº 03, que trouxe modificações no sistema tributário, extinguindo e criando impostos, dando condições para a cidade se inserir em um novo contexto econômico nacional, praticando assim ações competitivas de incentivo fiscal para atrair investimentos. (ALVES, 2006, p. 245)

Concomitante a essas iniciativas, com vistas a atrair as empresas e um possível incremento na economia, em Aparecida do Taboado cria-se o programa de desenvolvimento econômico (PRODEAT) que permite ao poder executivo abrigar empresas oferecendo incentivos fiscais e de infra-estrutura, criando a possibilidade do município diversificar à economia local, que girava em torno da agropecuária e do pequeno comércio⁵.

Neste sentido, a maior alegação do documento que cria o PRODEAT em 1993 é com relação ao progresso que transformaria o nascer do sol do município. Supostamente, as indústrias impulsionariam a economia local por meio do aumento do PIB, sobretudo porque não se tinha atividades ligadas à produção e comércio em larga escala. Por tal motivo o documento lei é “destinado ao incentivo das atividades de produção de operações comerciais do município”⁶.

O mito do progresso, conforme Dupas (2006), é a idéia ilusória em vista de um discurso hegemônico. A sociedade é levada à crença de um ideal de consumo imposto pelo sistema de produção e mídia. Uma relação sistêmica que o capitalismo exerce para a propagação e estruturação de seu processo de permanência na vida de um corpo social.

O mito é algo que se cria em prol de uma crença com a intencionalidade de propagação de uma sociedade ideal. Nessas circunstâncias, podemos entender o mito do progresso como uma peça chave que o sistema capitalista utiliza para a sua permanência e

⁵ Anuário Matogrossense: Uma Obra dedicada ao Progresso do Oeste Brasileiro. Gráfica olímpica editora – Rio de Janeiro - Brasil 1957.

⁶ lei Nº 560/93

revigoração, não tendo como interferir no corpo social sem a aceitação do mesmo. Conjugando forças com o saber técnico e científico o capitalismo interfere nas relações sociais em busca de amparo para a sua propagação, seguindo um ideal de consumo evidenciado por novas tecnologias. Esse é na verdade o mito do progresso, no qual a sociedade não questiona suas necessidades, apenas consomem as imposições arbitrárias do sistema capitalista. Quanto ao mito do progresso Balandier salienta que:

No alvorecer do século XXI, o paradoxo esta em toda Parte. O saber científico conjuga-se a técnica e, combinados - a serviço de um sistema hegemônico - , não cessam de surpreender e revolucionar o estilo de vida humano. Mas esse modelo vencedor exhibe fissuras e fraturas; percebe-se, cada vez com mais clareza e perplexidade, que suas construções são revogáveis e que seus efeitos podem ser muito perversos. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e assume plenamente a assunção de progresso; mas esse progresso, ato de fé secular, traz consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento. De um lado, o sentimento de que nada é impossível, que se conquistam novíssimos mundos dos quais os homens são seus criadores, numa *performance* que se traduz no culto do otimismo. De outro, um medo crescente e o claro sentimento de impotência diante dos impasses, dos riscos, da instabilidade dos sinais que orientam os percursos da vida e da precariedade das conquistas. (BALANDIER, apud DUPAS 2006, p. 11)

Procurando manter relação com o pensamento de Balandier, é necessário questionar se a transformação vivida pelo município de Aparecida do Tabuado condiz com as necessidades da população de um modo geral. O trabalhador necessita da venda de sua força-de-trabalho para sua própria sobrevivência e dos que dependem do seu trabalho, contudo, não se deve unilateralizar a vida de sujeitos em vista de um sistema de produção.

Considerações Finais

Ao propor esse estudo sobre a industrialização recente, se fez necessário a demonstração da configuração das relações de trabalhos a partir da instituição do Estado Novo com sua política corporativista. A política de Estado do bem-estar e o corporativismo fizeram parte indispensável da ditadura Vargas, estabelecendo meios para a propagação de sua ditadura popular.

Estudar o processo de industrialização em Aparecida do Tabuado nos proporciona algumas reflexões acerca das condições em que essa industrialização se apresenta a sociedade. A questão central é perceber de que forma essa realidade se apresenta a população local, pois o “progresso” muitas vezes travestido de benesses, não permite, e não é essa sua intenção, que se perceba sua face oculta, o lado manipulador que dispõe de ferramentas discursivas, como os suportes midiáticos, para a falsificação de realidades.

Como mais um contra-ataque do sistema capitalista, o processo de industrialização do município gera novas “inclusões” e exclusões, configurando relações sociais e econômicas a partir de um discurso hegemônico burguês. As transformações ocorridas nas relações de trabalho, ao longo do processo de estruturação do sistema capitalista brasileiro, nos mostram e fazem refletir acerca das condições em que passaram ou passam os sujeitos que dependem da venda de sua força de trabalho.

Ao fazer um panorama acerca da situação do município de Aparecida do Taboado da década de 1990 ao ano de 2007, quando se iniciou a pesquisa, o intuito foi o de analisar como essa industrialização recente afeta, de diversas maneiras, cidades sem tradição industrial.

O modelo de produção toyotista serve de base para a estruturação da planta produtiva de várias indústrias no país, se tornando um sistema de trabalho muito utilizado no processo produtivo. Suas políticas de produção visam, entre outros, atingir preceitos da filosofia oriental estruturada em um “melhoramento contínuo”, o que os japoneses denominam de *kasein*. Evidentemente, esse modelo de produção que atua com tanta agressividade em muitas fábricas do país, não se repete em sua forma original nas indústrias do município. Digo de tal forma, pois a localidade não possui tradição industrial e, muito provavelmente, as relações de trabalho geradas a partir desse modelo de produção não tem as mesmas configurações como, por exemplo, nas fábricas da região de Campinas que podem, efetivamente, se espelharem na própria fábrica *Toyota Moto Cor* situada nas proximidades.

No caso do processo de industrialização do município, uma das alegações para o incentivo ao desenvolvimento industrial, é um discurso voltado para o progresso da cidade. Até que ponto podemos entender que práticas repressivas para com trabalhadores, autoritarismo, aviltamento de salários, políticas de supressão de direito trabalhistas, perenidade, instabilidade, dentre outros fatores, fazem parte de um progresso esperado?

Essa pesquisa está sendo realizada com objetivo de refletir, minimamente, sobre a situação econômica e social de Aparecida do Taboado a partir da década de 1990, salientando a influencia do Estado de Mato Grosso do Sul nas políticas de incentivos fiscais, em vista de um processo de industrialização voltado para o centro-oeste brasileiro.

Esse texto são considerações iniciais de pesquisa, podendo por vezes não abranger a totalidade de uma problemática rica e complexa como a apresentada. No entanto, a partir de vários problemas levantados nessas páginas nos remetemos a outros para serem estudados em caráter mais profundo.

Referências

ALVES, Walter Assis. Industrialização Recente: Novas Relações Socioeconômicas em Três Lagoas. In BORGES, Maria Celma, OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de (org). **Cultura Trabalho e Memória: Faces da Pesquisa em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Editora UFMS, 2006.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho: Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 6º edição. Campinas: Cortez, 1999.

_____; SILVA, Maria A. Soares (orgs). **O Averso do Trabalho**. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Anuário Matogrossense: **Uma Obra dedicada ao Progresso do Oeste Brasileiro**. Gráfica olímpica editora – Rio de Janeiro - Brasil 1957.

BATALHA, C. M. A.. A historiografia da classe operária no Brasil. In: **Historiografia brasileira em perspectiva**. 1998.

BRANCO, Ana Maria Saad Castello. SAAD, Eduardo Gabriel, SAAD, José Duarte. (orgs) **Consolidação das Leis Trabalhistas comentada**. 37º edição. São Paulo: LTR, 2004.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. Trd. Nilo Odalia, São Paulo: unesp, 1997.

CANO, Winson. **Desconcentração Produtiva regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo; Editora UNESP, 2008.

Documento que cria a lei nº 560/93 responsável pelo Programa Desenvolvimento Econômico de Aparecida do Taboado (PRODEAT)

DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso**. São Paulo: UNESP. 2006.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Ideologia e Trabalho no Estado Novo. In PANDOLF, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

Jornal o democrático. Aparecida do Taboado: nº369, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y La ausencie**. México: fondo de Cultura Económica, 1983.

OLVEIRA, Eurenice de, **Toyotismo no Brasil: Desencantamento da Fábrica, Envolvimento e Resistência**. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Retrato de Aparecida do Taboado impressa pela gráfica do jornal “Correio da Região” 1973.

SHARPE, Jim. A história vista de Baixo. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História**. 2ª edição. São Paulo: UNESP, 1992.

TOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.